



cg ee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

Tema 6: Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos

Relatório Síntese

Antonio Rocha Magalhães

Brasília, DF
Dezembro, 2008

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

Tema 6: Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos

Relatório Síntese

Data: 11 de dezembro de 2008

Horário: 9h às 17h30

Local: Centro de Gestão de Estudos Estratégicos – CGEE
Edifício Corporate Financial Center, 11 andar
Brasília – DF

Debate VI realizado em 11.12.2008

Relatório Síntese

1. Introdução

Dentro da Série de Debates sobre A Questão da Água no Nordeste, promovida pelo CGEE e ANA, foi realizado em 11.12.2008, na sede do CGEE, o VI Debate, que teve como tema geral: ***Superando a limitação do fator água para o desenvolvimento regional. Transferência de Águas entre Bacias. A experiência internacional. A experiência Brasileira. O caso da transferência de águas da Bacia do São Francisco para as Bacias Setentrionais do Nordeste. Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais: (a) na bacia doadora, (b) nos canais de transposição; (c) nas bacias receptoras. O Gerenciamento da operação do sistema de transposição e sua sustentabilidade financeira. O gerenciamento das águas nas bacias receptoras.***

O tema específico do Debate VI foi: **Integração de Bacias Hidrográficas no Nordeste Semi-Árido.**

Relatório detalhado do Debate está sendo preparado pelo Relator do evento, José Otamar de Carvalho.

2. Agenda Final

A Agenda Final do evento consta do Anexo. Pequenos ajustes continuaram a ocorrer ainda durante o evento.

3. Participantes

Além dos especialistas convidados, cujos nomes constam na Agenda, o evento contou com a participação de diretores e funcionários da ANA e do CGEE. O encontro foi muito rico de conteúdo e de participação.

4. Síntese

Abertura: 9,00 horas (Representantes da ANA e CGEE)

Lúcia Melo, Presidente do CGEE

- A Dra. Lúcia Melo abriu os trabalhos do Debate VI, cumprimentando os presentes e agradecendo por sua participação. Satisfação de participar neste debate em conjunto com a ANA. Série de 6 debates sobre questão muito relevante para o país, não apenas para o Nordeste – embora o tema seja a Água no Nordeste. Importância da água na perspectiva do século XXI. O Brasil tem abundância de recursos naturais que, junto com agenda de conhecimento, pode romper paradoxo do século XX em que os países eram divididos em blocos: aqueles com recursos naturais destinados a viver desses recursos com baixa tecnologia e os outros que buscaram a rota tecnológica. O Brasil está rompendo esse paradoxo, combinando recursos naturais abundantes e tecnologia. O CGEE se irmana com a ANA nesta discussão. O tema semi-árido brasileiro tem sido objeto de estudo no CGEE. É uma instituição jovem no sistema de C&T e I. Foi criado para gerar subsídios para as políticas públicas de C&T e I. Tem cumprido o seu papel, com vários resultados concretos positivos. A tomada de decisão em políticas públicas é cada vez mais complexa porque precisa levar em consideração os interesses de uma gama mais ampla da sociedade do que era o costume. Decisões precisam levar em conta muitas variáveis, inclusive preservação ambiental, desenvolvimento sustentável. É muito complexo, requer metodologias, sistemas cada vez mais sofisticados, para poder captar tendências, visões, pensamentos, de modo a refletir de fato o que a sociedade quer construir como nação, para as gerações presentes e futuras. O tema destes debates tratam de uma questão sensível. Esperamos que o debate possa dar cobertura a um conjunto amplo de dimensões associadas ao tema. Trabalhamos com muito cuidado e responsabilidade para que as questões, por mais polêmicas que sejam, sejam levadas em conta. O processo de decisão posterior é feito em outra esfera, o CGEE apenas contribui.

Temos a satisfação de levar à frente esta empreitada, de discutir esta questão sensível, delicada. Não apenas uma questão do Nordeste, mas do país, uma vez que ali vive uma expressiva parcela da população brasileira. Queremos contribuir

para melhorar o processo de decisão. Este é o 6º. Debate. Hoje de manhã: duas sessões.

Este trabalho tem sido conduzido no CGEE pelo ARM com a supervisão do AG. Agradece a presença de todos, em nome do Centro. Que estes trabalhos sejam importantes, úteis. Nós fazemos um acompanhamento real dos nossos trabalhos, somos avaliados pelo resultado dos nossos trabalhos. Deseja trabalho profícuo.

Registro: a questão da água ainda é muito masculina, pela participação neste encontro.

Bruno Pagnoccheschi, Diretor da ANA

Sessão I 9h30 – 11h

Transferência de Água entre Bacias: lições de experiências internacionais e brasileiras

Moderador: John Briscoe, Diretor Banco Mundial

Sou sul-africano, da cidade do Cabo, uma cidade que vive a escassez de água e que depende de água de outra bacia. Antes de vir aqui, viveu em Nova Delhi, na Índia, que depende da água do rio Indus, um rio do Paquistão.

Hoje temos dois palestrantes: o Gabriel e o Prof. Rubens Porto.

Palestrante: Gabriel Azevedo, Especialista em Recursos Hídricos

Começou a trabalhar em transposição quando estava no Colorado, juntamente com Larry Simpson. Ao longo dos 14 anos que ficou no Banco Mundial teve oportunidade de trabalhar com projetos dessa natureza. A nossa perspectiva muda com o tempo e com o lugar onde trabalhamos. Hoje trabalha na Odebrecht, que trabalha muito na área de construção. O modelo de negócios na construção pesada mudou, as grandes empresas hoje passam a ser sócios do negócio. Há perspectivas boas para que isso venha a acontecer, especialmente em outros países.

Algumas observações que fez ao longo dos anos, para estimular o debate.

Não existe mistério em projetos de transposição. Eles estão em todos lugares. Por outro lado, continuam sendo projetos complexos: questões políticas, com percepções de perdas e de ganhos; questões operacionais e administrativas, econômicas e financeiras, técnicas, ambientais, legais, sociais etc. Do ponto de vista ambiental, alguns projetos têm questões sérias, outros mais simples. Aqui no Brasil, o Projeto Piss não tem problemas ambientais sérios.

Experiências de sucesso: geralmente buscaram conjunto de medidas que lidavam com as questões acima referidas. Isso deve ser feito em todas as fases, é um processo contínuo: antes, durante e depois. Algumas características comuns:

- Acordo político pré-estabelecido entre doadores e receptores
- Medidas compensatórias foram acordadas antes
- Objetivos dos projetos eram bem definidos
- Demandas bem identificadas
- Marco legal regulatório consolidado, direitos e responsabilidades
- Garantias firmes dos pagamentos das tarifas de água
- Marco institucional bem definido, com responsabilidade pela operação e manutenção

Caso da Austrália (Murray-Darling) e Projeto do Rio Colorado:

- Direitos e responsabilidades bem definidos
- Claro quem tem poder para mudar regras do jogo
- Planejamento integrado: engenharia, meio ambiente etc
- Confiança dos usuários, com disseminação de informação e transparência
- Marco institucional bem definido
- Caso do Murray-Darling: proibição de futuras expansões etc.
- Colorado: processo durou mais de 60 anos. Formadas comissões permanentes em todos os estados. Controvérsias até hoje. Antes: problemas técnicos, políticos, ambientais, econômicos, financeiros. Depois: gestão etc.
- Negociação: período longo, com especialistas legais
- Operação a curto, médio, longo prazo
- Aprovação dos estados
- Boa informação geológica, de engenharia
- Cobrança, auto-sustentável, comissão permanente, agência para operação e manutenção independente

Análise de risco: vale a pena, ao iniciar um projeto, passar muito tempo desenvolvendo uma matriz de risco. Existe risco em qualquer tipo de projeto. Temos de definir soluções em função disso. Há riscos de diferentes intensidades, há uma hierarquia de riscos. Apresentou uma matriz de risco, como exemplo.

Não existem receitas.

Perguntas importantes:

- Quem quer água, quanto quer, onde quer, com que frequência, com que garantia, padrão de qualidade, benefícios, quanto está disposto a pagar, como se formalizam estes acordos?

Comentários:

Rubens Laina Porto, USP

O Gabriel enfatizou os aspectos gerenciais e organizacionais do projeto. A insistência na melhor definição dos aspectos gerenciais tem sido a pauta de várias discussões. As perguntas importantes que o Gabriel deixou resumem a questão.

Rubens vai comentar sobre o lado doador e o receptor no caso do SF. O que significa 27 m³/s? Essa seria a vazão firme. Quando o reservatório estiver cheio, se pode bombear mais. Isso é lógico, porque a água se perderia de outra forma. O importante é que a retirada firme será de 27m³/s.

Rubens admitiu um erro de curva quota de descarga de 3% e colocou a curva com a vazão do rio menos 27. Ela cai dentro da faixa de 3% e cai em cima da faixa original. Ou seja: 27m³/s não se consegue medir, está na faixa de erro. Do ponto de vista do doador, a quantidade que vai se bombear é desprezível. Por mais que se alegue que isso pode trazer prejuízo no futuro, quando o uso da água da bacia aumentar, é muito difícil que uma vazão dessa ordem de grandeza prejudique a bacia. Esse é o ponto principal do lado doador.

Do lado receptor, fizeram na Escola Politécnica, como instigação acadêmica, simulações muito detalhadas, levando em conta todos os reservatórios receptores, as demandas apontadas pelos trabalhos do SF e vendo o que ocorreria com o atendimento dessas demandas antes e depois da transposição. Foi usada a demanda futura fornecida pelo Ministério da Integração Nacional. O resultado das simulações são praticamente coincidentes com outras simulações feitas pelo projeto, utilizam os mesmos modelos matemáticos e mesmos dados. As conclusões são inegáveis: a garantia de oferta de água nesses reservatórios aumenta significativamente. Embora a vazão seja pequena, ela é firme.

Normalmente, a eficiência dos reservatórios é muito baixa, no Nordeste. No Sudeste, com reservatórios pequenos, se consegue regularizar 70% da vazão média dos rios, no Nordeste, com reservatórios grandes, só 10%. O grande mérito do projeto é que ele é um projeto de segurança hídrica, ele aumenta a segurança da operação dos reservatórios.

Mas esse também é o problema, porque o projeto para aí. Ele não avança. Se nós tivermos demanda, se tiver quem pague a água etc... então haverá mais segurança. Falta definir essas coisas.

Comentários do Moderador John Briscoe

Quanto se fala de uma transposição, isto não existe no vácuo. Tem de ser derivada de uma visão de desenvolvimento, neste caso regional. Qual é a visão de desenvolvimento e como a água entra nisso. Exemplo do Colorado e Califórnia: já havia uma demanda para irrigação na Califórnia, já existia uma definição de desenvolvimento regional. Também no caso da Austrália (Murray-Darling): havia uma visão de desenvolvimento na bacia já muito estabelecida. Foi lançado recentemente o último WDR do Banco Mundial sobre desenvolvimento regional: está surgindo algo muito interessante. Quando vemos intervenções econômicas hoje como os exemplos da China e outros países, assim tão rápidos, temos de ver se as intervenções são consistentes com a vantagem comparativa do lugar onde estão sendo feitas as intervenções. Então, a discussão do projeto SF volta às questões do Gabriel: qual a visão de desenvolvimento. É uma visão mais urbana, com agricultura de alto valor? Mas se há outra visão, de manter as pessoas no interior do nordeste, isso seria um projeto diferente. Falam-se nas duas visões. Então é preciso definir claramente qual a visão de desenvolvimento no estados receptores.

Caso da Austrália: fizemos reunião com o gerente do projeto Murray-Darling authority. A primeira observação dele: ficou surpreso com a bacia do SF. Ele tinha ouvido que faltava água no Nordeste. Comparado com o rio Murray-Darling, ele tem 10% da água do SF. Este é um rio gigantesco. No entanto, o PIB regional estimulado pelo SF é 5% do caso do Murray Darling, que é muito menor. Há pouco desenvolvimento com a água que tem. Não é óbvio que a água seja o fator limitante no Nordeste

Água não é água não é água. Precisa de muitos índices para definir. Primeiro, qualidade é importante. Previsibilidade de água é fundamental. No Colorado, se pode comprar água de pouca previsibilidade (não tem valor). Mas se é água com garantia de 99%, ela vale muito. O que percebe nesta obra de transposição: a quantidade da água é quase inexpressiva. Este conceito, como falou o Rubem, de aumentar a garantia, é importante. No caso do Colorado, não há nenhuma dúvida sobre a quem pertence aquela água. Aí se pode ter um mercado de água. Como o Gabriel falou, levou muito tempo, no Colorado, desde 1902. As percepções mudam.

O caso mais interessante hoje é o de Murray-Darby basin. Há 10 anos estão em secas. O mais interessante: hoje comparando com 3 anos atrás, a produtividade econômica aumentou. Como a água é mais escassa, ela é usada de forma mais eficiente. Adaptação a novas demandas, novas realidades. Na Austrália, produziam arroz. Com a seca, discutiram o assunto. O arroteiro vendeu a água para fins mais nobres: para as cidades, para culturas de alto valor. É preciso reconhecer: muitos dos casos exitosos não tinham todas as respostas no início, foram sendo definidas ao longo do caminho.

O mais importante: clareza sobre a quem pertence a água. Quem tem direito a essa água. Como será feito durante uma seca?

Sobre as perguntas que o Gabriel colocou: valem para qualquer projeto de água. Não entende como o projeto de transposição ficou tão emocional. As perguntas vão além do SF. Se tivéssemos clareza sobre direitos da água, arranjos institucionais, o projeto SF não teria tantos problemas.

Debates

Viana: está feliz em ver esta discussão com carga baixa de emoção, pela primeira vez, juntando baianos e cearense. Falando como ANA: já que ficamos muito sozinhos na ANA, durante este processo – o primeiro projeto que solicitou outorga na ANA – levou muito tempo, com muito pouca discussão, devido à emocionalidade. A ANA ficou muito solitária. A ANA trabalhou isolada, mesmo a academia teve pequena participação. E, no entanto, a ANA tentou provocar essas discussões, mas sem sucesso. No próprio CBSF, uma parte se recusa a discutir o

trecho Norte. O Comitê poderia discutir essas questões, a visão de desenvolvimento. Os 26,4 m³/s representam a demanda humana e animal, mas a ANA nunca acreditou que essa água vá apenas para isso (mas ela aumenta a garantia de água).

A ANA provocou há duas semanas uma reunião de governadores em Pernambuco, chamando atenção para esses pontos, exigindo condicionantes. Há um projeto de lei no Congresso ampliando as atribuições da ANA para regular serviços de parcerias público-privadas. Com isso vamos ter o poder de efetivamente de regular o serviço, dos contratos entre concessionárias e o poder público etc. Que aproveitemos a planilha do Gabriel e aprofundemos a discussão. Ficará mais feliz quando o Comitê da Bacia resolver discutir o assunto (só uma parte o faz).

Galvão: trazer algumas questões presentes nas intervenções. Participou no debate em dois momentos, no projeto. Primeiro, na época do Min Aluísio Alves, depois com o Min Ciro Gomes. Distância de anos-luz entre os dois momentos. O DNOS estudou 18 ou mais alternativas de transposição. As precariedades do debate ao longo dos 20+ anos foram evoluindo. Do ponto de vista de engenharia, a evolução foi marcante. O projeto hoje é infinitamente superior ao que era antes. O grande desafio do debate é o desenvolvimento regional, como colocou o Briscoe: como vai ser usada a água transposta. Importante colocar o debate de um projeto desses no arcabouço do planejamento do desenvolvimento do Nordeste. Mas o Governo Lula não conseguiu montar um aparato de desenvolvimento regional. O projeto de transposição recaía sobre um terreno onde os investimentos regionais estão vinculados à região litorânea. Referência aos estudos sobre o semi-árido e o trabalho do Otamar. Não havia investimentos significativos de qualquer monta na região semi-árida. É preciso considerar volume de recursos para acomodar as demandas dos opositores do projeto (os estados doadores). As questões colocadas pelo Gabriel como necessárias para definir o projeto não constituíram uma etapa do projeto. Uma visão mais ampla poderia estar associada à estratégia de revitalização do SF.

Alex Baltar: fica claro de outras experiências – é preciso definir o mais rápido possível as regras para o uso da água, porque se não se faz isso outras

demandas surgirão e começarão a fazer pressão. Outra questão: uma parte do funcionamento da obra diz respeito a decisões estratégicas. Outra é a parte operacional. Precisamos de um modelo.

Dalvino: A ANA tem uma experiência acumulada em relação, por exemplo, ao Guadu. Consome mais de 40% da água do Paraíba do Sul. A cidade do Rio depende fundamentalmente dessa água, mas já há pressões da bacia ofertante. Existe um pacto que foi renovado recentemente. No caso da transposição do SF, não tínhamos um documento que garantisse como seria a gestão, o compartilhamento e as etapas a serem feitas de curto, médio e longo prazo, conforme colocado pelo Gabriel. ANA dialogou com todos parceiros sobre a gestão, existe um documento assinado por todos governadores, 4 ministros de Estado: o Ceará já dispõe de uma empresa que vai gerir a água, os outros estados criarão empresas para receber a água e pagar por ela. O órgão gestor federal seria a Chesf água, através de projeto de lei a ser enviada ao Congresso. Se isso não foi feito, a ANA poderá caçar a outorga, porque são condições da outorga. A mudança de ministro no MI mudou as coisas. O Modelo da Chesf Água teria que estar em andamento. Os outros pontos da lista colocada pelo Gabriel deveriam ser levados em conta pelos estados. A transferência no caso do SF nunca foi só para o abastecimento das populações, mas uma segurança hídrica.

Garrido: mencionou dois casos na Espanha: o Tejo e o Ebro. A transposição do Tejo foi concebida, projetada e posta em operação no período do ditador Franco.

Sobre o SF: o primeiro pedido de outorga foi feito à SRH no MMA quando o Garrido era o secretário, mas o pedido não tinha consistência e foi arquivado. Antigamente, quando a seca se instalava, os jornais mostravam na primeira página a foto de uma carcaça de boi. Ontem ouviu do Hypérides que isso acabou depois da integração de bacias no estado. Isso era indicador de que a seca estava sendo respondida por meios adequados. A segurança hídrica tem dois componentes: uma, respondida por ações locais, outra, com o reforço vindo de fora. Garrida crê que a parcela de segurança promovida pela movimentação local das águas é muito significativa e já resolveu o problema da seca no Ceará. O segundo ponto: se a transposição é para desenvolvimento regional, quer saber se ele precisa ser sempre feito com atividades intensivas em água. Acho que não é o

caso, água não é tão essencial no desenvolvimento regional. Há exemplos no planeta.

Comentando livro do Otamar de Carvalho, sobre a economia nordestina: ver o que ele pensa sobre o projeto de transposição do São Francisco.

Otamar: sobre experiência externas, conhece algumas de ver (Índia e Estados Unidos) e muitas de leitura. Todas são experiências dolorosas. Ninguém faz transposição sem ter o apoio institucional adequado. Nos Estados Unidos, foram feitas com dificuldade mas foram feitas. A Califórnia tinha não apenas a demanda, mas também poder político e financeiro. Caso da força política do Bureau of Reclamation e o Corps of Engineering. Citou o livro Cadillac Desert e o Rivers of Empire. Nos Estados Unidos, se fosse pensar no pessoal que é contra, não sairia transposição. Na democracia, ganha quem tem o peso maior das forças sociais. Aqui não poderia ser diferente.

Nos Estados Unidos, as transposições são posteriores às idéias sobre o projeto do SF. A idéia é de 1847, de um intendente do município do Crato, no Ceará (Macedo).

O que Otamar disse no seu livro: o projeto (como estava na época) é de solução hidráulica. Na época era contra a transposição. Depois mudou de posição, porque passou a dispor de informações. As primeiras informações foram produzidas pelo DNOS. Hoje dispomos de informações que permitem responder a maior parte das perguntas procedentes que o Gabriel colocou. Trata-se de um projeto de múltiplos usos: atende as demandas do desenvolvimento regional e a segurança hídrica. Vai permitir que a malha hídrica do Nordeste se expanda, se capilarize e que não tenhamos mais de depender de carros pipas. A outra ponta é para garantir água nos reservatórios. Importante responder a todas as perguntas do Gabriel, na perspectiva de um sistema de gestão que integre os estados e o governo federal.

Briscoe: muitos pontos para o debate. Tem de arrumar a parte institucional.

Coffee break: 11h às 11h15

Sessão II: 11h15 às 13h

Transferência de Água da Bacia do São Francisco para as Bacias Setentrionais do Nordeste. O PISF: Impactos Sociais e Econômicos

Moderador: Francisco Assis Filho, UFC

Palestrante: José Luiz de Sousa (SIH-MI)

Apresentação sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Mapa do projeto, mostrando os dois eixos. Cheias e secas no Nordeste. Onde há mais probabilidade de secas: no nordeste setentrional.

Os impactos ambientais do Projeto SF não são significativos

Impactos econômicos: começam com os trabalhadores na obra, aumento da atividade econômica. Tendência é crescer. Existe uma determinação do presidente para elaborar um plano de desenvolvimento para a bacia do SF.

Impactos sociais: impactos da obra, contemplam tudo isso.....

Política: desafios durante e depois.

Operacional, administrativo, técnico (engenharia), legal: os colegas do Comitê não conseguem ver de forma mais ampla.

Na área tem-se verificado a descoberta de novas espécies de fauna e flora, o interesse de universidades em participar nos trabalhos.

Descrição do projeto: eixo norte (16 m³/s, desnível de 180m) e eixo leste (10 m³/s, desnível de 300 m). Mapa mostrando a rede hídrica, com açudes e adutoras, no NE setentrional. Esquema do projeto dividido em lotes.

Participou de reunião na semana passada, com a ANA, com governadores na Paraíba: todos falavam “se a água chegar”. A água VAI chegar. São desafios a vencer.

Projetos básicos ambientais: são 36. Ações de natureza econômica, social, ambiental.

Esquema de indenização de terras, reassentamentos (18 vilas), atendimento a comunidades indígenas e quilombolas, salvamento de bens arqueológicos, fauna e flora, Apresentou várias fotos das obras.

Debates

Julio Thadeu

- implicações para o futuro da obra. Questão da relevância da vazão do projeto, a necessidade de segurança. Esse é um projeto de desenvolvimento regional. Abastecimento humano também induz o desenvolvimento regional. O projeto não vai se limitar somente a abastecimento humano. Comparando com Brasília: induzir o desenvolvimento regional. Em determinado momento, houve um político que criou uma cidade de 300 mil habitantes em 6 meses, hoje com 2,5 milhões, num processo sem controle estatístico.

No NE há uma demanda reprimida de água muito grande. O projeto possivelmente não vai ficar só nos 26m³. Haverá pressão social e econômica, poderá induzir a isso. Segundo ponto: sobre a comparação que o Briscoe fez entre uso da água no SF e no Murray da Austrália: um fator importante é a geração de energia elétrica. Tem de manter o volume do rio. Para atender a demanda atual e futura, tem de haver um entendimento forte com o setor elétrico. Entra um conceito de vocação da bacia. Se chegar à conclusão que a vocação da bacia é de irrigação, é preciso repensar a utilização da água pelo setor elétrico.

Hypérides: referência a dado hidrológico mencionado por Rubem Laina: quando se liga um sistema permanente a um sistema intermitente, há uma sinergia muito grande. Ela decorre um pouco da movimentação da água por conta da alta taxa de evaporação. Todos os programas do nordeste, de desenvolvimento, se baseiam numa disponibilidade com nível de colapso de 10%. Esse dado é hidrológico, mas é mais ainda econômico, porque o nordestino não quer perder a água garantia durante 9 anos em 10. não podemos perder a água que durante 9 anos está garantida. Isso dá aos investidores do Ceará uma certa insegurança. Idéia do automóvel: só precisa de 4 pneus para viajar. Mas não posso fazer uma viagem grande sem um pneu estrepe. Isso é que dá segurança para os investimentos de longo prazo. Então, a transposição é o pneu sobressalente. O grande projeto está no arranjo interno de cada estado, a água tem de chegar nas

pontas dos dedos para atingir as comunidades e o sertão. Essa configuração justifica. O cenário que foi estudado para a transposição é 2030. foram examinados os cenários otimistas e realistas, levando em conta a política industrial, urbana. Vai haver necessidade de mais água em 2030. Exemplo do agreste pernambucano, entrou em colapso a atividade da avicultura por falta de água. O agreste pernambucano tinha o melhor nível de agricultor que o semi-árido tem. A água do agreste é salgada, pesada, precisa de água doce. Mesmo em Campina Grande. Duas regiões onde a ponta da água do SF chega. Primeiro complexo Jaguaribe, RM de Fortaleza e Pecém. Grandes investimentos. Segundo, complexo Apodi-Mossoró-Açu. Complexo hidroagrícola. Tem lençol freático, mas é água fóssil, o lençol baixou 80 m nos últimos anos. Não pode usar mais. O solo do Apodi é muito bom. Em 20-30 anos vai haver um desenvolvimento grande. Irrigação é uma indústria sofisticada, não é programa de assistência social. É nessa visão que o projeto SF foi feito, para contar que em 2030 possa ter esse reforço de água. O projeto Tabuleiro de Russas está com 20 anos e só começou a irrigar agora.

Os 36 projetos ambientais mostrados pelo Dr. José Luiz, nenhum é por conta da transposição. O mais importante é que, por conta do projeto, se lembraram do São Francisco. Nenhum é ação mitigadora para combater o impacto da transposição. O projeto não tem nenhum impacto ambiental.

Valdemar: desde 2007, a ANA com os Secretários de RH do Nordeste planejaram um trabalho conjunto para instalar e treinar equipes técnicas em vários locais. Programa de modernização para o gerenciamento da água. Nas estações de bombeamento, na vazão normal de 26m³, ninguém vai notar que há um bombeamento, porque reflete apenas 1 cm na altura do rio.

Bruno: isso faz parte de um plano ANA-MI.

Garrido: eu posso parecer muitas vezes antipático ao projeto, mas não resisto a exprimir opiniões que fundamentou com base em todos os dados que desfilaram até agora. Repisar um ponto: a questão do federalismo. Sempre que a transferência da água vai de um estado para outro, este tema vem à tona. O caráter nativista do projeto faz com que as pessoas a favor sejam dos estados receptores e as contra seja dos estados doadores. Um projeto desse deveria ser

discutido no Senado Federal, que é a casa do equilíbrio federalista. O projeto mal visitou o Senado e saiu. Elogio ao Projeto Áridas, citando dados da Paraíba. Questiona os dados apresentados na apresentação do José Luiz, sobre a disponibilidade de água na Paraíba: de onde vêm esses dados? Questiona: estados com capacidade para resolver o problema com os recursos locais precisam partir para essa grande obra? Por que não fazer ramos para o Nordeste Meridional, para o sertão da Bahia? Ainda não conseguiu encontrar respostas para as suas perguntas. A transposição beneficiará o desenvolvimento do NE setentrional mas reduzirá as possibilidades de desenvolvimento do NE meridional.

Magalhães: sobre os 26,4m³/s para uso humano em épocas de crise e usos múltiplos em épocas normais.

Dalvino: o futuro pertence à ANA, que deu a outorga para 26,4m³/s. É um órgão de estado para poder permitir em qualquer momento rever o assunto. As possíveis pressões não entrarão nesse método.

Otamar: os problemas do semi-árido mudaram de natureza. Não são apenas rurais, são agora rurais e urbanos. Tem a ver com a gestão integrada de oferta e demanda de água. O que vamos colocar no lugar do complexo gado-algodão-subsistência no semi-árido. Outro ponto: sertão norte e ribeiro do São Francisco e sertão sul. No projeto semi-árido foram feitas três grandes divisões. Sertão sul da Bahia: semi-árido baiano. Duas regiões: sertão de Canudos e sertão de Contas. Não havia nada pensado para o semi-árido baiano. Pensar apostas de sustentabilidade para todo o semi-árido. Criada categoria chamada compromissos: com a cidadania e com a sustentabilidade. Sobre os 26m³/s: a ANA dá conta em parte. Como serão as pressões do setor produtivo privado?

Teixeira: testemunhos de quão importante foi este projeto. Se o compararmos com qualquer outro projeto feito no Brasil, e na bacia do SF, nenhum projeto sofreu os questionamentos técnicos e políticos deste. No caso do Jaiba há uma estação de 80m³/s para irrigar 100 mil ha. Vários outros projetos. Ninguém vê uma discussão sobre isso: analisar a sustentabilidade desses projetos. Sugere que o CGEE pegue projetos dessa envergadura para discutir sua sustentabilidade. Exemplo: canal do sertão pernambucano. Vamos focar a discussão nos projetos da própria bacia, também. Sob esse aspecto, o projeto SF é o que talvez tenha o menor

risco. Tem uma metrópole como Fortaleza que pode pagar a conta, no eixo Norte. Quem dá sustentabilidade a projetos hídricos dessa envergadura são as cidades, as metrópoles, as indústrias. Temos de pensar no futuro. Esse projeto não é feito em função das necessidades atuais, mas em função das necessidades de desenvolvimento no futuro. Garantimos a água para o abastecimento da grande população da área de influência e, com isso, podemos usar a água local para desenvolvimento, para as atividades econômicas, a modernização da agricultura. A agricultura modernizada ainda é a grande alternativa de aumentar o PIB do sertão.

Galvão: desenvolvimento regional – não estão falando de um plano genérico, mas de uma visão detalhada de usos da água. Falta de apostas econômicas. Há uma reprodução das mesmas iniciativas tradicionais na região. Precisa dialogar com outros tipos de uso que não apenas a irrigação e o simples abastecimento humano.

Viana: há instrumentos além da outorga. As condições de oferta limitam, porque não temos demandas conhecidas. Identificamos como demanda básica o abastecimento humano. Não dá para perceber se tirar 26m³/s. De fato, a outorga é de 114m³/s, sendo que firme é de 26m³/s. Tem também o instrumento econômico envolvido na outorga: há ônus, a água tem de ser paga. O processo de outorga da ANA levou 5 anos. O do Sertão Pernambucano está há um ano e pouco na ANA, em processo. No caso de Sergipe é mais fácil, acabou de duplicar a outorga no Estado, para o rio Sergipe e outros. Canal do sertão Alagoano: o projeto não existe. Na era Collor no Estado, foi iniciada a obra sem projeto. Na Bahia: Vaza Barris, Rio das Contas. Há discussões sobre alocações de água.

Garrido: entre transportar 1 m³ de água ou um cubo de 1 m³, não dá para comparar. A água que vai mais para perto, ela vai ser mais produtiva. A uma longa distância, ela vai evaporar muito. Em geral, se deveria levar água de um lugar menos produtivo para mais produtiva.

José Luiz: estamos construindo. Fez comentários rápidos sobre algumas intervenções.

Assis: comentários finais. Destacou a questão do desenvolvimento.

Intervalo para Almoço; 13h às 14h

Sessão III:14h às 15h30

O Gerenciamento da Operação do Sistema de Transposição do PISF e sua Sustentabilidade Financeira

Moderador: Bruno Pagnoccheschi (Diretor, ANA)

Abriu a sessão e passou a palavra ao palestrante.

Palestrante: José Luis de Souza (SIH-MIN)

Apresentação sobre o Sistema de Gestão – SGIB (per power point). Definir a operadora federal da infra-estrutura hídrica, diretrizes para reformulação dos sistemas estaduais. Sistema : Conselho Gestor (federal e estados), Plano de Gestão anual, entidades operadoras (nos estados e no federal). Cada está terá uma entidade operadora.

Conselhor Gestor : dec. 5995/2006. Primeira reunião de instalação em maio, reuniões mensais. Cobrança pelo uso da água sendo discutida em Comitê. Apresentados estudos anteriores, inclusive o da FGV. Colher subsídios para partir para elaboração do modelo. Atribuições do conselho gestor. Operadora federal : em discussão. Operadoras estaduais. Firmar contrato com a operadora federal. Operar e manter o sistema no estado. Cadastro de usuários.

Plano de gestão anual : multipartes, compromissos mútuos.

Na parte financeira, o estudo disponível é ainda o feito pela FGV em 2005. Agora tem mais concreto a cobrança do uso da água pelo comitê de bacia.

Comentários:

Francisco Lopes Viana (ANA)

Marilene Ramos (Secretária de Meio Ambiente, RJ)

Conselho gestor: ele terá atribuições mais executivas quando o sistema estiver funcionando. Por enquanto, ele tratará da implementação do sistema gestor como um todo. Hoje houve comentários sobre o pagamento do preço da água dependendo de grau de garantia de abastecimento. No trabalho foi proposto um

sistema de leilão para alocação da água que não fosse para abastecimento público, de acordo com faixas de segurança de abastecimento.

Como o arranjo modelado dá essas garantias de sustentabilidade à operação e manutenção da transposição. Primeira coisa: a sustentabilidade do arranjo institucional e administrativo. Viabilidade financeira dada pela recuperação integral dos custos de operação e manutenção. Cobrança de tarifa pela operadora federal às operadoras estaduais. Dependeria de decretos estaduais regulamentando a cobrança pelo uso da água nos estados. Garantias financeiras para que a operadora federal pudesse ter a garantia de recebimento. Chegou a ser pensado a instituição de um fundo garantidor, com recursos repassados pela União em que os estados receptores poderiam acessar para implantar obras que garantissem a universalização do abastecimento público ou não havendo pagamento pelo uso da água a operadora seria ressarcida através desse fundo. Seria um mecanismo financeiro de incentivo aos estados. Viabilidade técnica e operacional: o sistema de gestão requer plano de operação anual, instrumentos que garantem que a água seja usada de forma sustentável. Havia na época o compromisso da Chesf para assumir o projeto.

Cobrança: do SF para os canais de transposição

Tarifa: da operadora federal para as estaduais, definida a partir dos custos de operação e manutenção. A tarifa tem de ser regulada (Ministério da Integração, que poderia delegar à ANA) (tarifa + cobrança).

Pagamento pelos usuários: cobrança no SF + tarifa + cobrança pelo uso da água estadual.

A água federal se mistura com as águas estaduais.

Operadora federal. A primeira dificuldade com relação à Chesf é que ela não tem essa atribuição. Havia o temor de que mandar a lei para o Congresso correria o risco de ela não ser aprovada. Mas havia a decisão tomada de a Chesf ser operadora. Há vantagens nisso, o custo principal de energia será o custo de energia. Entretanto, existem outras soluções para essa operadora federal. Por exemplo, uma PPP. Outra idéia: Chesf e governos estaduais constituiriam uma empresa onde a Chesf seria minoritária mas assumiria a gestão da empresa. A

Chesf não gostou muito: gerir uma empresa com 4 governadores mandando. Seria uma alternativa para bypassar o envio do projeto de lei ao congresso.

Operadoras estaduais. Ou criar uma companhia. Ou, por exemplo, contratar também a Chesf. No caso da Cogeh, ela tem o melhor modelo. É uma companhia, não uma autarquia. Tem autonomia de gestão e financeira. Dá mais segurança ao sistema. RN, PB e PE começaram a analisar a possibilidade de criar uma companhia, mas isso não se viabilizou. PB reformulou a AESA, RN tem o IGARD e PE está caminhando na mesma linha, de ter uma autarquia. O modelo cearense, que dá sustentabilidade, acabou não se viabilizando nos outros estados. Então uma alternativa seria a Chesf ir até o usuário final (a companhia de saneamento, o perímetro de irrigação).

Órgão de gerenciamento como autarquias: análise, limitações

Empresa pública: mais vantagens

Chesf-Água: solução transitória

Duas possibilidades de usar a Chesf: uma companhia da Chesf, ou uma companhia estadual com participação minoritária da Chesf. Ganhos de escala.

Custo de operação e manutenção: houve variação muito grande nos custos de energia. O custo de O & M foi modelado em duas parcelas: todo o custo seria pago dentro dos custos fixos. Depois teria uma parte de custo variável que dependeria da quantidade de água bombeada (custo de energia). Além disso, teria as tarifas pagas no leilão. Rateando os custos fixos e supondo o bombeamento contínuo dos 26m³/s durante todo o ano e alocando essa água conforme definido, o impacto de custo por m³ seria de 12 a 20 centavos por m³. Representaria um impacto de 10 a 20% sobre as tarifas. Prá hoje teria de rever custos de energia. Nesse impacto não estavam considerados os ganhos da tarifa de leilão. Então, esse impacto pode ser reduzido.

Cobrança pelo uso da água no SF: tarifa do rio Capivari, 1,5 centavo por m³. Daria uma arrecadação de 14 milhões de reais na transposição do SF. Aparentemente não é muito. Mas esse valor aplicado na bacia do Piracicaba onde a água é usada sem perdas, no sistema de abastecimento público da RM de SP. Então, ainda que o impacto não seja tão alto, deve-se considerar que haverá

perdas pelo caminho e que a capacidade de pagamento dos estados não é alta como a de SP. Essa questão deve ser pensada.

Quando se começa a pagar? No MI, foi dito que a idéia era que a transposição começasse a pagar imediatamente, antes de a água começar a ser usada. No RJ, isso não acontece, só começa a cobrar quando a água começa a ser usada.

Ontem discuti no RJ sobre captação em tempo seco, com a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, para financiar obras de sistemas combinados. A discussão suscitou grandes emoções. Então, a emoção não é só no SF.

Francisco Lopes Viana, ANA

Dois destaques: áreas de influência direta e indireta. Hoje, a atividade preponderante é energia, no SF. Como será o sistema operacional sustentável para o projeto.

Premissas:

- Água garantida a qualquer tempo p uso humano e animal
- Condicionar para os demais usos à situação de Sobradinho
- Sustentabilidade social
- Sustentabilidade hídrica (outorga) e ambiental (licenciamento pelo Ibama)
- Sustentabilidade institucional e operacional

Os 26,4m³/s representam a garantia para uso humano e dessedentação animal em qualquer tempo. A discussão na ANA tem sido na linha de sustentabilidade. Foi pensada a possibilidade de ter um órgão especial para administrar o projeto. Consideradas várias alternativas: Dnocs, Chesf, Empresa privada (PPP). Surgiu também a importância de ter uma agência reguladora de serviços, uma delegação para a ANA fazer auditagem, dos serviços prestados entre as concessionárias. Isso foi aprovado por medida provisória, agora consta em um PL (projeto de lei) que está no Congresso. O agente concedente continuará sendo o MI. A ANA não participa no Comitê gestor, mas participa.

Ações da ANA: grande parte cumprida.

Sustentabilidade institucional e financeira. Todos os custos levaram em conta o bombeamento de 26,4m³/s. Feita simulação em 74 anos, só em 1 mês não haveria condições de bombear os 26m³. Na média global, prevê-se bombear 67m³/s.

Debates

Bruno: o valor que está sendo discutido para cobrança dos recursos hídricos da bacia do SF também dialoga com a possibilidade de criação da entidade de bacia do rio. Mudando esses valores teria de ter outra equação para garantir a sustentabilidade da agência.

Garrido: acha preocupante e discutível colocar-se uma empresa de energia para fazer a operação de um sistema como esse. A cultura é diferente. Referente a idéia de criar uma subsidiária da Chesf, que é uma usuária do setor: como ela poderia ser gerenciadora de usos múltiplos? O Brasil também não comporta estar-se criando novas estatais. Deveria buscar a cooperação do terceiro setor, ou do setor privado.

Sobre preço: transpor os preços do PCJ para outro lugar do Brasil é tratar desiguais desigualmente (ou igualmente?). Estaríamos pecando em não buscar os preços de eficiência: deveríamos ver os custos marginais, não os médios. Sugere discutir mais os mecanismos de formação de preços da água, porque são trilhões de m³/ano que serão utilizados.

Marilena: esse trabalho quando foi feito, a equipe da FGV foi só instrumento, foi criação conjunta, não só da FGV. Sobre preço: apesar de ter a preocupação da transposição direta, colocou mais como preocupação, para este público interno. Quer evitar discussões emocionais. Um valor de 14 milhões por ano não é muito. Um impacto de 1,5 centavo não é nada relevante. É apenas mais um usuário de uma água, que é escassa. Se esse for um valor que der acordo, vale a pena. Um acordo é melhor do que qualquer briga.

Otamar: os custos que foram calculados, ao se transformarem em preços, serão cobertos? Sobre a cobrança: o buro nos Estados Unidos faz as duas funções: produz energia e faz a tarifa. No oeste americano, o princípio é que a água pertence à terra.

Viana: o trabalho da FGV foi para subsidiar decisões do Governo. Procura ver cobrança de preços no nível de viabilização do projeto. Para que essa empresa ou instituição que venha a ser criada possa descer a nível mais operativo, dar destaque para eficiência do projeto. Questão mais de eficiência de gestão do que

de falta d'água. O custo total fixo é de 96 milhões/ano, para 26,4 m³/s de bombeamento.

José Luiz: o valor unitário já foi aprovado no nível da câmara técnica. Idéia de transpor o valor cobrado no Paraíba do Sul para o SF. Mas tem outras luzes: ajustar ao longo do caminho. A proposta de resolução aponta para isso: colocar outros indicadores. O Termos de Compromisso é importante. Precisamos ter mais velocidade, também os estados.

Coffee break: 15h30 às 15h45

Sessão IV: 15h45 – 17h30

O Gerenciamento das Águas Transpostas nas Bacias Receptoras

Moderador: Antonio Carlos Galvão, CGEE

Palestrante: José Machado, Presidente ANA

Cumprimenta a todos. Hoje é o último debate sobre A Questão da Água no Nordeste. Acredita que o Relatório Final trará contribuições muito importantes. Corre o risco de ser repetitivo. Vai abordar sobre as responsabilidades que pesam sobre os estados beneficiários das águas da transposição. O que posso acrescentar? Colocar na mesa o peso da sua responsabilidade nesse tema. Hoje assinou ofício para o Ministro da Integração, materializando uma proposta feita aos secretários de rh duas semanas atrás, onde propôs que MI, ANA e os 4 estados chegassem a um entendimento em nível de um plano integrado de ação. Hoje, cada um tem ações sendo desenvolvidas no tema, mas cada qual faz do seu jeito. Nós não estamos perfeitamente integrados em termos dos cronogramas. Enquanto as obras físicas estão sendo implantadas, o cronograma correndo, as outras ações nós não sabemos em que estágio estão – ou sabemos pouco. Corremos o risco de as obras estarem prontas para serem inauguradas, as bombas prontas para bombear, e a ANA não estar pronta para autorizar o bombeamento. Machado não estará mais na ANA, mas espera que os diretores que estarão lá não autorizem o bombeamento das águas se a lição de casa dos estados não estiverem prontas. A ANA com a Res. 411, a outorga da ANA se

baseou em termo de compromisso entre União (MI, MMA, Casa Civil, os 4 Estados), com uma série de compromissos. Um, a União tem de fazer as obras. Além disso, baixou decreto instituindo o Conselho Gestor. A União está devendo: não definiu ainda o órgão gestor federal do Projeto. A União não pode definir isso sozinha. Os 4 estados têm de colaborar, tem de ser solução de consenso. A proposta inicial que consta do Termo de Compromisso, a Chesf Água não será mais o órgão gestor. Houve um abandono dessa hipótese. Concretamente o MI tem uma posição de que é incompatível. Mas qual será o órgão gestor federal? Essa proposta não foi ainda desenhada. Não conhece nenhuma minuta de proposta. Recorda sugestão do Teixeira lá no Recife: uma companhia mista entre União e Estados. O fato é que a União está inadimplente. A ANA acha que seria da maior importância que esse órgão já estivesse criado, que já fosse digerindo os assuntos, corpo técnico já contratado, acompanhar todas as obras, etc. Isso é uma lacuna grave.

Res. de outorga, inciso II: obrigação de início de implantação em dois anos. Isto está sendo cumprido. Início de operação em 6 anos, isso também é condicionante da outorga. Até o início da operação da primeira fase, que as instituições estejam preparadas para o início da cobrança de água bruta, cobrindo os custos de operação e manutenção. Não é um problema de morosidade. A impressão é que não caiu a ficha ainda de alguns tomadores de decisão dos Estados. No frígir dos ovos, talvez a União vá bancar esse projeto sozinho. Ainda não existe órgão gestor em Pernambuco. Não basta criar o órgão gestor. Tem de ter corpo técnico suficiente, permanente, capacitado. Um órgão fragilizado não vai dar conta. Os Estados têm de se capacitar administrativa, financeira e tecnicamente, estruturar os órgãos de gerenciamento.

Dalvino lembra que a ANA repassou recursos aos Estados para realizar os cadastros há 3 anos, com resultado zero.

Machado: continuou mencionando as responsabilidades assumidas pelos Estados, no Termo de Compromisso. Além das obras do PISF, os Estados têm obras complementares. Ressaltou que os Secretários de Recursos Hídricos dos Estados têm um bom diálogo e muita lealdade com a ANA, mas aparentemente eles não têm acesso às decisões de Estado. A outorga é um documento de muita

responsabilidade. Não pode autorizar o uso da água se as condições não tiverem sido satisfeitas. O Pisf é a maior obra em andamento no Brasil hoje, uma obra de 6 bilhões de reais. Se virar um elefante branco, uma farsa, todos nós estaremos *sub judice*. Hoje assinou ofício ao ministro da Integração verbalizando a proposta feita no Forum de Secretários: que todos se sentem ao redor de uma mesa e vamos colocar esses objetivos e metas no papel e vamos pactuar. A ANA está implantando estações hidrometeorológicas ao longo do canal do Pisf. Todos têm de cumprir seus cronogramas: A ANA, o MI, os Estados. Temos de ver tudo convergindo para a inauguração. No ritmo que nós estamos, Machado está preocupado. Impressão é que lá na frente vamos ver como resolver. Alguém vai pagar o pato. Já alertou a Casa Civil, porque foi a CC que coordenou o Termo de Compromisso. Mas temos de ser proativos. A ANA não pode ser uma agência reguladora cartorial. Vamos a campo, dialogamos com os parceiros. Se nada acontecer, no primeiro trimestre do próximo ano a Casa Civil vai ter de chamar nova reunião. Tem de ter coragem política, porque cobrar pelo uso da água afeta o bolso do cidadão, mas temos a convicção de que esse projeto é fundamental para os estados e para o País. Acreditamos piamente nesse projeto. Há quem não acredite. Vencemos tudo, inclusive conseguimos liberar a obra no poder judiciário, enfrentamos greve de bispo. Não é um desperdício de dinheiro público, é uma obra necessária, mas será um grande fracasso se as partes não cumprirem seus compromissos. A ANA não abdicará da sua responsabilidade, custe o que custar. Se algum diretor da ANA autorizar o bombeamento dessa água, ele estará sujeito a improbidade administrativa. Podem as condicionantes serem revistas? Podem, desde que haja um novo pacto. Nós só demos a outorga por causa do Termo de Compromisso. Tem alto valor jurídico e institucional, político-administrativo. Se os Estados consideram que essas exigências são draconianas, precisam agir e buscar um novo pacto. Isso preocupa muito. A ANA não tem poder convocatório sobre os governadores, mas tem o dever de alertar – daí o ofício encaminhado ao Ministro. Espera que haja um andamento, que tenhamos condição de sentar e repactuar os cronogramas. Hoje não tem transparência, não sabemos o que o estado está fazendo. Não pode deixar isso para quando a obra estiver pronta. Precisamos fazer logo o ajuste que tiver de ser feito, nossos compromissos e responsabilidades, e vamos controlar coletivamente nossos cronogramas.

Precisamos de ter as coisas colocadas com clareza. O Conselho Gestor está se reunindo. Expectativa de que o Conselho conclua o seu trabalho.

Galvão: passa a palavra ao Francisco Teixeira.

Painel dos Estados: Secretários Estaduais de Recursos Hídricos

Francisco Teixeira, Ceará

Machado tem razão. Este assunto tem sido debatido no Forum de Secretários. Ele sempre tem colocado essa preocupação. Estamos correndo um grande risco sobre o Projeto. No caso do Ceará, embora em situação melhor, ela não é também tão confortável. A Cogerh tem tido problemas de pessoal, não consegue remunerar seus técnicos com salários adequados. Perdendo técnicos para a União, inclusive para a ANA. Importância das agências federais sediadas e atuantes no Nordeste. Dnocs e Sudene tiveram esse papel, não têm mais. Pelo menos se mantém o BNB. Cogerh já tem concurso aprovado pelo Governador. Embora tenha receita para pagar os concursados, isso tem de ser discutido no âmbito da burocracia do estado. De qualquer forma, a Cogerh tem hoje >500 colaboradores, tem muitas ações operacionais. Mantém 70 reservatórios estaduais e alguns do Dnocs. Mantém-se com receitas próprias. Inadimplência é de 4%. Arrecadou em 2006 20 milhões, espera arrecadar 30 milhões em 2008. Quer dar inflexão na parte de gestão, na área de gestão da qualidade de água, com equipamentos recebidos da ANA. Assinou convênio com o CEFET, para fazer monitoramento de qualidade da água por 24 meses. Já temos problemas e conflitos por conta da qualidade da água. Trabalhando também em água subterrânea, especialmente no Cariri, onde a transposição será fundamental. O governo estadual já está contratando um ramal da transposição que leva água para o Cariri – Juazeiro, Crato, Barbalha, Cariri. Já está em tese os trechos 1, 2 e 3 do eixão que liga o Castanhão a Fortaleza, com as águas já chegando ao açude Pacajus. De forma que, a água do SF chegando a Jati, no Ceará, já poderá chegar a Fortaleza.

Como a água, depois que cai no Castanhão, ela se mistura, a gestão será a mesma que já é feita no Estado. Embora o Rio Salgado vá ser perenizado, o recebimento da água do SF não vai mudar muito. Podemos dizer que o Estado já está preparado para receber as águas do SF? A resposta é não. O problema é a

cobrança. O que cobramos hoje não é suficiente, a não ser para a indústria. A indústria paga à Cogeh 44 centavos por m³, isso é maior do que o valor da água da integração que chega ao Ceará. No saneamento, começaríamos a ter problema. A Cagece paga hoje os custos de gestão e manutenção: 3,2 centavos por m³ no interior e 8,8 centavos na RM. Esse valor remunera bem os custos da Cogeh. A Cogeh hoje tem uma reserva de 12 milhões. Em anos de seca, esses recursos são necessários, porque a Cogeh vai precisar bombear água do Jaguaribe para Fortaleza. Deveria ter uma poupança de 20 milhões para cobrir o risco de 2 anos de secas. Para ter uma estabilidade financeira, mesmo no caso do Ceará, a melhor forma seria o que colocou a Marilene, a securitização da água na conta do consumidor final urbano. Precisa ter coragem política: colocar na conta do consumidor final de água da Cagece um delta de 10% para financiar as águas da transposição. Cobraria como Seguro Água: Projeto São Francisco. Seria como um seguro saúde. Seria a forma mais imediata e objetiva para resolver o problema no curto prazo. Poder-se-ia até pensar em rever o acordo e talvez o próprio estado subsidiar uma parte, ou discutir com a União um subsídio à Operadora Federal. Nos projetos visitados no Colorado, há subsídio, especialmente para os irrigantes. No caso do Ceará, o Governador é sensível à questão. Idéia de discutir um Plano de Ação, com datas, onde os Estados e Governadores vão assumir compromissos. A melhor forma de fazer os Estados se comprometerem com o projeto é resolver a questão da Operadora Federal. Não vê outros órgãos, a não ser uma subsidiária da Chesf. Ou talvez se recriássemos um Dnocs revitalizado, moderno, mas isso é muito difícil. Acha mais viável a subsidiária da Chesf, não vê conflito, porque a Chesf Água não vai se meter com gestão da bacia do SF. Ou faz a idéia de empresa mista com Chesf e Estados. Então, mesmo achando que o Ceará está em situação melhor do que outros estados, ainda não se pode dizer que esteja preparado para receber as águas e pagar por elas. Precisa encontrar parceiros: agricultura moderna, setor industrial (siderúrgica, refinaria). Hoje o setor industrial consome 500 litros por segundo (de um total de muitos metros cúbicos) e só no Pecém já tem outorgas de 4 m³/s. Na agricultura tem de ter a mesma vontade política que na indústria.

Carlos Ivan da Camara Ferreira de Melo, Rio Grande do Norte (Sec. Adjunto SRH)

Estava também no Forum de Secretários no Recife. Cumprimenta o Dr. Machado pelo Ofício mandado ao Ministro. No RN tem o IGARN, empresa com personalidade jurídica mas atuando ainda timidamente. Regulamentação sendo feita. Esse assunto preocupa a todos: cobrança, tarifas. Se os governos (F + E) tomarem uma decisão, ainda há tempo hábil. Preocupa-se com a parte dos Estados: a infra-estrutura para receber as águas do SF. Os municípios precisarão cumprir tarefas, fazer seus sistemas de saneamento básico, cuidar dos efluentes líquidos e sólidos. O RN vai contratar empresa para fazer projeto para 31 municípios. Precisa também executar esses projetos. Já enfrentamos muitos problemas de meio ambiente. Problemas de qualidade de água preocupam. Precisa ter uma interação entre os governos dos 4 estados com os municípios, a ANA e o Ministério para resolver o problema da empresa federal e das empresas federais. Hoje o IGARN funciona, mas não tem nenhuma cobrança de água. Preocupação comum a todos os Estados.

Parabeniza pelo debate de hoje. Referência ao inverno deste ano que causou grandes estragos no RN, a jusante da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que tem capacidade para 2,4 bilhões de m³ e tinha esse valor renovado a cada 5 dias durante as chuvas.

Teixeira: fez referência à parceria com o Banco Mundial, com o Prourb, o Progerirh e o Progerirh 2, com 10 milhões de dólares exclusivos para gerenciamento. Também a parceria com a ANA no Proágua. Em princípio, dinheiro não seria problema. Já tem termos de referência prontos para atualizar os cadastros. Focando em 1000 usuários se atinge 75% do uso da água. A ANA está licitando com recursos do PISF uma parte de cadastro na região do PISF – na Bacia do Jaguaribe. Parcerias com a Funceme para o monitoramento: montar uma rede estadual de monitoramento dos recursos hídricos – clima, tempo e recursos hídricos. Migrando para sistema de alerta a cheias nos vales do Curu, Acaraú e Jaguaribe.

Dalvino: se congratula com Machado pela forma como externalizou a posição da ANA. Outro assunto: o Secretário do RN foi premiado com o Premio ANA neste

ano. E o Ceará com o melhor trabalho de imprensa. Anunciou que o Paulo Varella está sendo indicado pelo Presidente da República ao Senado para ser diretor da ANA.

José Luiz: elogios ao trabalho da ANA.

Viana: dirigindo-se ao Machado, sobre os compromissos assumidos entre a União e os Estados. Acha que perdemos oportunidade de ouro da reunião entre os Governadores e o Presidente da República de discutir esta questão lá em Recife. Sugere que os representantes do CE e RN aqui presentes se reportem nos Estados aos encaminhamentos concretos sobre o assunto.

Carlos Ivan: acha pertinente, os estados devem incorporar essa questão e tentar levar adiante. Coloca-se à disposição para o que for necessário para dar consequência.

Teixeira: o Governador tem sensibilidade para o problema da gestão no Estado. A questão hídrica continua prioritária. Conseguimos resolver problema no dia a dia colocando o problema para o governador. O problema que ainda reside no Estado do Ceará é o da cobrança da água do São Francisco. Sugere que o Machado visite os Governadores.

Otamar: de acordo com a sugestão do Viana, mas que não seja um repeteco da reunião do Presidente e governadores, mas que focalize nos recursos hídricos.

Viana: a reunião que houve foi pautada nos recursos hídricos, mas no final foi dada pouca ênfase ao assunto.

Hypérides: onde há muito governador da bacia doadora, o Presidente não quer colocar na pauta o assunto do Pisf. O ideal é um Fórum do Presidente só com os 4 governadores das bacias receptoras. Sobre a cobrança na tarifa: se disser para o que é, o povo aceita. Só não aceita quando não se sabe o que vai fazer com o dinheiro.

Debates

Encerramento: 17h30 – 17h45

Galvão: CGEE se sente honrado de poder mobilizar esta comunidade para discutir este problema. O CGEE se sente gratificado com a parceria com a ANA e a

cooperação ao longo dessa seqüência de debates. Trabalho do Arm. Empenho da Carmem Bueno. Este é o papel mais nobre do que o CGEE faz: mobilizando competências externas. Certeza de que a riqueza de um debate como este se replica na ações a serem desenvolvidas pelo CGEE. Vai discutir em Fortaleza com BNB sobre questão do desenvolvimento do Nordeste. O CGEE quer continuar trabalhando em qualquer coisa para aprimorar o desenvolvimento de uma agenda de desenvolvimento regional.

Agradece a colaboração de todos, ao longo das seis rodadas de debates sobre A Questão da Água no Nordeste.

Machado. Agradece ao CGEE, ao Galvão e à Lúcia e todos os dirigentes, pela oportunidade de cooperar para discutir tema tão candente e relevante como a questão da água no Nordeste. Expectativa de que esta parceria não se encerra hoje. Que ANA e CGEE continuem se complementando e construindo pautas de interesse estratégico para o País. Preocupação grande em romper com as descontinuidades. Estarrece ver processos começarem e não terem continuidade. Procura voltar atenção para a questão da continuidade. Estes ciclos de encontros sobre água no Nordeste vão culminar com uma publicação. Mas que não seja, a publicação, o ponto de chegada, mas de partida. Propõe que a partir do relatório destes encontros identifiquemos alguns pontos que podem ser reconhecidos como lacunas e que em torno dessas lacunas possamos definir a continuidade do nosso trabalho. Tem expectativa de que este relatório vai indicar lacunas, oportunidades, ameaças etc. Quando for lançar este produto deveremos ter condição de anunciar a continuidade. Claro que não discutimos tudo. Levantamos um universo de problemas mas com certeza alguns temas precisam ser aprofundados. Que a gente se preocupe com a questão da continuidade e com o acúmulo. Acredito que este relatório trará ensinamentos para todos nós. No que concerne à ANA, vamos procurar aprender com o que foi dito aqui. Arm, Bruno, Cgee identificaram as pessoas mais significativas. O produto será uma jóia, de elevadíssimo teor técnico e institucional. Sobre o que aprendeu, sobretudo na ANA, identifica no NE uma grande oportunidade neste país. O Brasil não se resolverá se não resolver o problema do Nordeste. Não é possível que não consigamos colocar naquela reunião do país um processo de desenvolvimento integrado e sustentável: tarefa

de todos os brasileiros. Hoje temos cérebros, cabeças pensantes em instituições relevantes do Nordeste. Todos têm de ser solidários com essa região do País. O Problema das desigualdades regionais é o maior problema que temos no país, não podemos conviver com isso. Reconhece os avanços, mas as distâncias são grandes. Entristece o conformismo de alguns dirigentes políticos, que aceitam os problemas como se fossem coisas naturais. Frequentou o ambiente do Congresso por 6 anos, vê que o Nordeste é pautado mas não se toma decisão, fica patinando. Quando escolhemos este tema é porque tínhamos em mente que o NE só tem futuro se equacionar o problema da água. Aí estão os desafios dos Estados, porque não se faz política de água sem os Estados. A ANA é uma instituição federal, mas tem consciência de que sem os estados não se fará política de recursos hídricos. Fortalecer os estados tem de ser tarefa permanente, reiterada. A questão institucional é um dos nós górdios, talvez o principal. Se persuadirmos os tomadores de decisão de que precisam resolver o problema institucional na gestão de águas, vamos dar um salto de qualidade.

Agradece, está feliz por tido a oportunidade de ter a ANA nesta parceria com o CGEE.

Brasília, 16 de dezembro de 2008.

Antonio Rocha Magalhães

ANEXO

Agenda Final

Tema 6

Superando a limitação do fator água para o desenvolvimento regional. Transferência de Águas entre Bacias. A experiência internacional. A experiência Brasileira. O caso da transferência de águas da Bacia do São Francisco para as Bacias Setentrionais do Nordeste. Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais: (a) na bacia doadora, (b) nos canais de transposição; (c) nas bacias receptoras. O Gerenciamento da operação do sistema de transposição e sua sustentabilidade financeira. O gerenciamento das águas nas bacias receptoras.

Coordenador: Antonio Rocha Magalhães

Relator: José Otamar de Carvalho

Abertura: 9h (Representantes da ANA e CGEE)

Sessão I 9h30 – 11h

Transferência de Água entre Bacias: lições de experiências internacionais e brasileiras

Moderador: John Briscoe, Diretor Banco Mundial

Palestrante: Gabriel Azevedo, Especialista em Recursos Hídricos

Comentários:

Rubens Laina Porto, USP

Comentários do Moderador John Briscoe

Debates

Coffee break: 11h às 11h15

Sessão II: 11,15 às 13,00 horas

Transferência de Água da Bacia do São Francisco para as Bacias Setentrionais do Nordeste. O PISF: Impactos Sociais e Econômicos

Moderador: Francisco Assis Souza Filho, UFC

Palestrante: José Luiz de Souza (SIH-MI)

Debates

Sessão III: 14h às 15h30

O Gerenciamento da Operação do Sistema de Transposição do PISF e sua Sustentabilidade Financeira

Moderador: Bruno Pagnoccheschi (Diretor, ANA)

Palestrante: José Luis de Souza (SIH-MIN)

Comentários:

Francisco Lopes Viana (ANA)

Marilene Ramos (Secretária de Meio Ambiente, RJ)

Debates

Sessão IV: 15h45 – 17h30

O Gerenciamento das Águas Transpostas nas Bacias Receptoras

Moderador: Antonio Carlos Galvão (CGEE)

Palestrante: José Machado, Presidente ANA

Painel dos Estados: Representantes de Estados das Bacias Receptoras

Francisco Teixeira, Ceará

Carlos Ivan da Camara Ferreira de Melo, Rio Grande do Norte (Secretário SRH)

Debates

Encerramento: 17h30 – 17h45